




**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



## **Práticas de finanças solidárias como práticas urbanas: uma análise da dimensão espacial das ações dos bancos comunitários de desenvolvimento**

Solidarity finance practices as urban practices:  
analysis of the spatial dimension of the actions  
of community development banks

*Gustavo Resgala Silva, Doutorando em Arquitetura e  
Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais,  
gustavo.resgala@gmail.com*

## RESUMO

Este artigo compõe um caminho teórico-reflexivo das possibilidades de se ter em experiências de economia solidária uma proposta de construção de novas relações urbanas. Mais especificamente, propõe-se aqui destacar a dimensão espacial das práticas de finanças solidárias dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, presentes em mais de 100 comunidades pobres do Brasil. Para tanto, é apresentada a relação entre o processo de instalação do modo de produção fordista com a produção do espaço urbano no país, compondo as raízes para a compreensão da cidade que aqui é produzida. Soma-se a esta relação a visão de Karl Polanyi dos efeitos desastrosos da naturalização e autonomia dos fenômenos econômicos de mercado sobre as demais esferas da vida cotidiana, dando luz a uma nova categoria de economia para além de sua esfera de mercado e lançando as bases para estudos da economia em suas dimensões plurais. São, por fim, destacados os possíveis efeitos das ações dos bancos comunitários que evidenciem um potencial processo de reconfiguração urbana em curso nas periferias. Tem-se na proposta das novas atividades econômicas de redesenhar relações de reciprocidade e domesticidade o contraponto à lógica hegemônica de acumulação do capital e o fundamento para a criação endógena de respostas técnicas, econômicas e institucionais. Vislumbram-se, assim, possibilidades da demarcação de uma área urbana onde ganha força a diferença e a criatividade.

**Palavras Chave:** produção do espaço; economia solidária; banco comunitário de desenvolvimento; periferias urbanas.

## ABSTRACT

This article states a theoretical-reflective path of the possibilities of having a proposal of building new urban relations in the experience of solidarity economy. More specifically, the proposal of the study is to highlight the spatial dimension of solidarity finance practices of the Community Development Banks, which are present in more than 100 Brazilian poor communities. For this purpose, the relationship between the process of installing the Fordist mode of production and the urban space production in the country is presented making up the roots for the understanding of the city that is being produced. In addition, Karl Polanyi's vision of the disastrous effects of the naturalization and autonomy of market economic phenomena on the other spheres of the daily life is observed, bringing the idea of a new economy category apart from its sphere of market and laying the foundations for studies on the economy in its several dimensions. Finally, the article highlights possible effects of the actions of the community banks which attest potential process of urban reconfiguration in the peripheries. In the new economic activities proposal, which assumes redrawing relationships of reciprocity and domesticity, there is a counterpoint to the hegemonic logic of capital accumulation and the foundation for endogenous creation of technical, economic and institutional responses. Thus, possibilities of the demarcation of an urban area where difference and creativity gain strength, grows in the context.

**Keywords/Palabras Clave:** space production; solidarity finance; community development banks; urban peripheries.

## INTRODUÇÃO

Este artigo compõe um caminho teórico-reflexivo das possibilidades de se ter em algumas experiências de economia popular solidária uma proposta de construção de novas relações urbanas. Mais especificamente, propõe-se aqui destacar a dimensão espacial das práticas de finanças solidárias dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil.

Este caminho é feito apresentando a economia popular solidária como uma proposta política de re-desenhar relações de reciprocidade e domesticidade frente à lógica hegemônica capitalista que opera fomentando a competição e a individualidade.

Busca-se aqui identificar possíveis significados da economia popular solidária nas cidades brasileiras, caracterizadas por uma modernização incompleta que é fruto da implantação de um modelo periférico de industrialização fordista. Tal processo caracterizou a formação de uma grande massa populacional urbana vivendo na pobreza.

Neste sentido, a emergência e fomento de processos econômicos diversos que contrapõem a hegemonia da lógica padrão capitalista, nos quais se enquadra a economia popular e solidária, ganha traços de um horizonte de solução para a pobreza urbana. Contudo, os grandes ganhos das atividades de economia popular e solidária não se revelam nos índices de renda, mas nos relevantes resultados em torno de aspectos que envolvem melhoria das condições gerais de vida, empoderamento, fortalecimento de laços comunitários, e autoestima coletiva (Diniz, 2016). Surge daí o esforço de investigar as estreitas inflexões destes novos processos econômicos em suas dimensões econômica, política, social, cultural e espacial.

De fato, com o intuito de subsidiar os próximos passos de uma pesquisa mais ampla, este artigo se limita a uma análise teórica preliminar que venha permitir um posterior estudo de caso da experiência de dois bancos comunitários. Por agora, é dada luz às possibilidades de análise que as experiências dos bancos comunitários em periferias urbanas podem proporcionar, com destaque aos aspectos de resistência e de urbanidade.

Assim, esta reflexão destaca, primeiramente, o processo de produção do espaço urbano tendo em vista a hegemonia das relações capitalistas industriais no crescimento das cidades brasileiras. No próximo item é apresentada a relação entre o processo de instalação do modo de produção fordista com a produção do espaço urbano no país, compondo as raízes para a compreensão da cidade extensa e desigual que aqui é produzida.

Em seguida, é feita uma análise da obra de Karl Polanyi (2000, 2012) tendo em vista os estudos dos efeitos desastrosos da naturalização e autonomia dos fenômenos econômicos de mercado sobre as demais esferas da vida cotidiana. O autor evidencia uma nova categoria de economia para além de sua esfera de mercado, lançando, assim, as bases para estudos da economia em suas dimensões plurais.

O item que trata especificamente da economia popular e solidária o faz a partir dos estudos de Milton Santos sobre as categorias dos circuitos econômicos mundiais, e dos trabalhos de José Luis Coraggio e Paul Singer, que se configuram como referências nos estudos da economia popular e economia solidária na América Latina.

A economia popular e solidária é, pois, apresentada tendo em vista seu potencial como uma alternativa além da produção e do mercado, mas à sociabilidade humana em geral.

Por fim, são destacadas as práticas de finanças solidárias vinculadas ao Banco Comunitário de Desenvolvimento, buscando evidenciar, por seus efeitos, um potencial processo de reconfiguração urbana em curso nas periferias.

Para compor a dimensão espacial das atividades econômicas, usa-se da distinção feita por Henri Lefebvre (1993)<sup>1</sup> entre urbano industrial, processo de produção do espaço advindo unicamente da lógica de industrialização, e o urbano enquanto processo socioespacial emancipatório.

Chega-se, pois, ao entendimento que as ações ligadas aos bancos comunitários permitem evidenciar uma maior diversidade nos processos econômicos, bem como nos processos urbanos. Vislumbram-se, assim, a demarcação de uma área urbana onde ganha força a diferença e a criatividade.

## **A CIDADE E A LÓGICA DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL**

Este item apresenta uma leitura concentrada nos estudos de Lipietz (1989) e Harvey (2009). A proposta é traçar um caminho que relacione as referidas obras de forma a evidenciarmos alguns aspectos de como as dinâmicas próprias de um modo (ou modos) de produção – que foram consolidados internacionalmente nos países centrais – foram instituídas e internalizadas na economia e nas relações sociais no Brasil.

Lipietz (1989) descreve como fordismo o regime baseado no consumo de massa que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial, por ele descrito como acumulação intensiva do capital. Após a reconstrução na Europa, que foi, “por sua própria natureza, de caráter extensivo” (Lipietz, 1989, p. 307) e a Guerra da Coreia, os países da Europa Ocidental e o Japão, experimentaram por cerca de 20 anos uma modernização sem precedentes, um novo crescimento intensivo. Neste período, a elevação do poder de compra dos assalariados acompanhou o aumento da produtividade.

A relação salarial fordista evidenciou uma homogeneização tanto das condições de trabalho quanto dos meios e modos de vida, proporcionando uma relação direta entre elevação dos salários, aumento da produção e ganhos de consumo. (Castel, 2013).

O regime fordista ganhou novos moldes a partir dos anos 60, quando alguns países do “Terceiro Mundo” iniciaram um processo de industrialização, sendo em muitos casos, financiado por transferências de créditos e de tecnologia provenientes dos países centrais. O denominado fordismo periférico traz consigo, além de diversas outras especificidades (ou precariedades) em relação ao fordismo central, um processo de explosão urbana/metropolitana sem precedentes e em moldes diferentes ao ocorrido nos países centrais. (Lipietz, 1989).

Lipietz descreve este como sendo um “subfordismo”, que utiliza da tecnologia e do modelo de consumo fordianos em “uma tentativa de industrialização” (Lipietz, 1989, p. 310), mesmo que não haja condições sociais no processo de trabalho e tampouco referente à norma de consumo de

---

<sup>1</sup> A referência utilizada de Lefebvre (1993) do livro “The Production of Space” foi, em sua maioria, lida na versão em processo de tradução por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG).

massas. O fordismo periférico abrangeu países da América Latina, como México e Brasil, também do leste europeu, e da Ásia, como a Coreia do Sul.

O fordismo na periferia desenvolveu, por um lado, uma classe operária e uma classe média que se estabeleceu em um quadro de vida “quase fordista”, e por outro, um setor imenso do assalariado que não usufruiu dos benefícios do milagre econômico: os trabalhadores migrantes das áreas rurais, os trabalhadores do setor informal e os ocupados nas pequenas firmas do setor formal.

Sobre a explosão urbana gerada pelo fordismo periférico, Lipietz (1989) aponta que “o fordismo, na medida em que é periférico, sabe implantar-se somente nas metrópoles” (p. 329), ou seja, apenas nos pontos do território onde a modernização havia chegado. Fato este que reforça a noção de incompletude ou de um “quase fordismo” que caracterizou o fordismo periférico.

Além de serem direcionados a partes do Brasil (concentrando os investimentos no eixo sudeste-sul e gerando disparidades regionais em níveis altíssimos), no interior das cidades os padrões do urbanismo desenvolvimentista foram aplicados a restritas porções urbanas, formando verdadeiras “ilhas de primeiro mundo” cercadas de um mar de pobreza e precariedade, constituído por favelas, cortiços e loteamentos clandestinos. (Maricato, 2009).

Se, na maioria das metrópoles dos países desenvolvidos, o mercado (esfera dominante de acesso aos recursos) convive com a redistribuição realizada pelos regimes de bem-estar social que se implantaram naqueles países, nos países periféricos, diferentemente, esse processo foi incompleto, e a precária acumulação prévia à industrialização demandou a formação do setor informal e de uma urbanização precária e desigual. (Mendonça; Andrade; Diniz, 2015, p. 18).

Tem-se, assim, a chegada da indústria fordista na cidade da periferia mundial, que reconfigura seus espaços e os subordina ao seu modo de produção. Além disso, a indústria atrai para a cidade uma classe dominada, que adentra os espaços urbanos não como cidadã, mas como “serva”.

Monte-Mór (2001, 2006a, 2006b) constrói, a partir dos estudos do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre sobre a origem e definição da cidade, uma estruturação conceitual da cidade composta pela tríade festa, poder e excedente, tratando, respectivamente, das dimensões cultural (experiência coletiva), política e econômica da vida urbana. Se seguirmos nesta ótica, o capitalismo industrial, por constituir uma lógica de produção, acumulação e exploração da força de trabalho, acaba por produzir cidade que nega o urbano quando compõe espaços onde não há condições para manifestações políticas, culturais e apropriações coletivas das riquezas ali geradas.

Nos anos 80 o sistema fordista entra em crise, dando espaço para uma ampla reestruturação social e política. Surgem assim, os primeiros indícios da “acumulação flexível”, termo criado por Harvey (2009) para definir as inovações no processo de produção, que se conforma como um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta do anterior.

A acumulação flexível nasce assim como uma reação direta à rigidez do fordismo. Com esse modelo, há uma alteração significativa na relação de poder nas instituições. O quadro de flexibilização do mercado de trabalho acabou por acentuar a vulnerabilidade de grupos desprivilegiados, abrindo espaço para subcontratações e precarização (e fragilidades) na relação empregador e empregado.

De fato, com o fim do fordismo, também a configuração do crescimento urbano teve uma importante reestruturação que marca o início de novas leituras sobre as cidades. A “metrópole fordista keynesiana”, um “produto” tido como acabado para os estudiosos urbanos, se dissipa junto com a suficiência das ideias que se ancoravam em suas dinâmicas. (Costa, 2003).

Assim como as diferenças marcadas entre o urbano do fordismo central e do periférico, as mudanças decorrentes do fim do modelo fordista e intensificação do processo de globalização conformaram um tipo diferente de cidade nos países periféricos (as *megacities*) se comparado aos efeitos destes processos na conformação das *globalcities* dos países centrais.

As *megacities*, como são definidas pela literatura urbana, se caracterizam por uma urbanização dispersa, com expressivo crescimento essencialmente demográfico – não necessariamente econômico e tecnológico –, apresentando graves problemas sociais, com forte incidência de pobreza e altas taxas de violência. Contudo, a administração urbana no mundo subdesenvolvido tenta, ao máximo, fazer com que as megacidades se assemelhem aos moldes da cidade global. E isso se faz essencialmente garantindo a “invisibilidade” dos pobres, à medida que se esconde as favelas e as periferias. (Canitierre, 2014).

Neste sentido, a proposta deste texto visa avançar no olhar sobre a cidade ao utilizar das contribuições do pensamento filosófico de Henri Lefebvre. A visão lefebvriana de cidade e região enquanto espaço socialmente produzido vai além da condição de um produto (o ambiente construído), para uma noção de processo: obra de uma contraditória relação entre os diferentes agentes construtores da vida urbana.

A ótica eminentemente espacial da teoria lefebvriana evidencia uma natureza unitária para a cidade que abrange diversos aspectos econômicos, políticos e sociais, que são ou negligenciados ou não trabalhados em conjunto por outras teorias urbanas. De acordo com Lefebvre (1993), além de ser meio de produção, o espaço é também um meio de controle, e, portanto, de dominação, de poder, e do contrário, também de luta.

## **A(S) ECONOMIA(S) SEGUNDO KARL POLANYI**

Este item apresenta a problemática da naturalização e autonomia dos fenômenos econômicos sobre as demais esferas da sociabilidade humana, fazendo-a a partir da visão de Karl Polanyi (2000; 2012).

O historiador econômico Karl Polanyi defende que a economia deva ser enxergada como sendo um processo instituído, pois leva em conta que, conforme suas pesquisas de civilizações pré-capitalistas e capitalistas, os princípios de comportamentos econômicos no decorrer da história são sustentados por padrões institucionais. (Polanyi, 2012).

Conforme Polanyi (2012), há outras instituições além do mercado onde estão enraizados aspectos econômicos, mais especificamente, os relacionados à subsistência do homem. Esta afirmativa evidencia a distinção de dois significados de econômico trabalhados pelo autor, sendo desta citação o significado tido como substantivo, que é relacionado ao fato de que os seres humanos precisam de um meio físico que os sustente. Há também o significado formal de econômico, ligado, por sua vez, à definição de escassez, sendo daí o verbo maximizar ou economizar (a fim de obter preços mais baixos, ou seja, fazer o melhor possível com os meios que se possui). Refere-se,

pois, a uma determinada situação de escolha entre diferentes usos de um conjunto de meios induzida por uma insuficiência destes.

Assim, o significado substantivo deriva da dependência do homem relativamente à Natureza, ou seja, refere-se ao intercâmbio com seu ambiente natural e social. O significado substantivo decorre, pois, da realidade; enquanto o significado formal é decorrente da lógica, e segue as leis da mente (escolhas); enquanto o significado substantivo segue as leis da Natureza.

Neste sentido, o autor denuncia como “falácia economicista” a lógica hegemonicamente difundida que reduz o conceito e a prática do econômico ao mercado. De fato, segundo o autor, “A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais” (Polanyi, 2000, p. 65).

De forma geral, Polanyi (2000, 2012) apresenta como nas sociedades modernas os diversos aspectos da sociabilidade foram convertidas em “meros acessórios” dos mercados. O autor ressalta que antes da emergência moderna do “sistema oferta-demanda-preço” eram as relações econômicas que se encontravam enraizadas e subordinadas às relações sociais de natureza política, jurídica, religiosa, estética etc. (Polanyi, 2000, 2012; Bonaldi, 2014).

Para ele, as práticas econômicas naturalizam-se na sociedade à medida que se abstraem e desenraizam-se do território – o autor apresenta a economia formal como uma lógica hegemônica sobre os demais aspectos da sociedade, sendo global e totalitária para todo e qualquer povo e lugar.

Na obra de Polanyi “A Grande Transformação” (Polanyi, 2000) temos um largo estudo em que são desvendados processos pelos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais. Tal separação tem seu ápice no momento em que o mercado se constitui em uma esfera autônoma, ‘autoregulável’, e com vistas a dominar toda a sociedade pelo processo de transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria (fictícia).

A economia de mercado para Polanyi é um sistema econômico particular que tem sua plenitude no século XIX, e que apresenta como implicações sociais a configuração do que ele conceitua como a Sociedade de Mercado, na qual as relações sociais são subordinadas pela lógica mercantil.

Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável. Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários. (Polanyi, 2000, p. 89).

Neste sentido, Polanyi descreve mercadorias como sendo, empiricamente:

[...] objetos produzidos para a venda no mercado; por outro lado, os mercados são definidos empiricamente como contatos reais entre compradores e vendedores. Assim, cada componente da indústria aparece como algo produzido para a venda, pois só então pode estar sujeito ao mecanismo da oferta e procura, com a intermediação do preço. (Polanyi, 2000, p. 93).

De fato, o trabalho, a terra e o dinheiro são elementos tidos como essenciais da indústria – e não se configuram, por sua natureza, em mercadorias. Contudo, segundo o autor, a forma fictícia segundo a qual esses elementos são tidos como possíveis de serem produzidos tornou-se o princípio organizador da sociedade, “(...) e quaisquer medidas ou políticas que possam inibir a

formação de tais mercados poriam em perigo, isso fato, a auto-regulação do sistema”. (Polanyi, 2000, p. 94).

Polanyi afirma ainda ser insustentável o postulado da mercadoria fictícia trabalho, terra e dinheiro, pois ao permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resulta, segundo ele, no desmoronamento da sociedade.

Sendo este um mecanismo autodestrutivo, surgem historicamente contramovimentos que preveem cercar o avanço da lógica de mercado. Estes “contramovimentos estabilizadores” preveem minimizar os efeitos desastrosos do capitalismo sobre as relações sociais.

Diante dos riscos inéditos que traz a expansão atual do sistema capitalista, a “economia alternativa” é alvo de fortes esperanças, das quais os novos movimentos sociais são uma das manifestações. (Laville, 2004, p. 42).

E é neste contexto de contramovimentos e na perspectiva da economia plural que diversos estudos localizam as experiências denominadas de economia popular e solidária (Laville, 2004). De fato, o campo de estudo teórico da Economia Solidária tem se consolidado nas últimas décadas com base nas críticas feitas por Polanyi à economia tradicional.

Afinal, entendendo as dinâmicas dos sistemas econômicos hegemônicos enquanto uma imposição política, é possível assumir uma postura crítica e questionara frente a eles, ou seja, de recusa a segui-los e de negação a enxergar a economia como parte separada das demais esferas sociais/culturais.

Temos, portanto, na perspectiva trazida por Polanyi a abertura de possibilidades de investigação da economia agora em sua dimensão plural – economias –, enquanto uma diversidade de fenômenos com dinâmicas e objetivos distintos da lógica hegemônica e auto-reguladora de mercado.

Uma das principais deficiências da teoria econômica tradicional está em não reconhecer que **a economia é plural** e que, portanto, além do cálculo e da barganha, podem existir e coexistir outros princípios e valores na economia que não somente a lógica do mercado. Esses valores podem ser expressos na economia, por exemplo, mediante dimensões da cultura, da política, da religião. Negar a existência dessas dimensões na economia significa deixar de “vislumbrar novas perspectivas teóricas e práticas concernentes a Economia Solidária” e sua importância “como fator de mudanças sociais, não apenas em termos de benefícios econômicos, mas no modo de pensar das pessoas envolvidas.” (Kraychete, 2002, p.1 *apud* Araujo; Rodrigues, 2010, s.p., grifo nosso).

## A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Tendo em vista a visão de Polanyi trabalhada no item anterior, esta seção trata da economia popular e solidária prevendo abordá-la como um contramovimento de retorno da economia para sua dimensão plural, que abrange diversos aspectos da sociabilidade humana.

Inicia-se esta discussão com a categorização cunhada por Milton Santos (1977) dos dois circuitos constitutivos da economia urbana – circuito superior e inferior –, propondo uma leitura da categoria de circuito inferior como antecessora ao conceito de economia popular e solidária.



Milton Santos (1977) propõe uma visão do desenvolvimento e da urbanização em países subdesenvolvidos como sendo fruto de um processo seletivo e incompleto de industrialização e de modernização. A reconfiguração tida como necessária nestes países para atender aos interesses externos acabou por constituir, de acordo com Santos, dois sistemas de fluxos econômicos: o superior e o inferior.

O circuito superior é composto pelos setores com elevados níveis de organização que são beneficiados pela modernização tecnológica e capital intensivo, mantém alto grau de integração às economias dos países centrais e objetiva à acumulação do capital. Já o circuito inferior abrange as atividades articuladas à localidade, com capital escasso e trabalho abundante, e com seu grau de organização em níveis rudimentares. É tido primordialmente como a pequena produção manufatureira, em grande parte artesanal, e do comércio não moderno, incluindo ainda as atividades domésticas.

O sistema superior utiliza um importante e elevado nível tecnológico, uma tecnologia de “capital intensivo”, enquanto no sistema inferior a tecnologia é “trabalho intensivo”, geralmente do local de origem ou localmente adaptada e recriada. O primeiro é **imitativo**, enquanto o segundo dispõe de um considerável potencial **criativo**. (Santos, 1977, p. 43, grifo nosso).

Neste sentido, tem-se a prevalência no circuito inferior do trabalho familiar e autônomo, tendo altas margens de variação na estipulação dos preços dos produtos, prevalecendo abarganha e os acordos pessoais.

No sistema inferior, a acumulação de capital não é de interesse primordial, ou nem mesmo interessa. A tarefa primordial é sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida. (Santos, 2008, p. 102).

O circuito inferior apresenta, segundo Santos, um estado de permanente transformação, já que sua sobrevivência depende da capacidade de seus setores de se adaptarem às mudanças conjunturais ditadas pelas dinâmicas do circuito superior. Isso revela, portanto, certa relação de subordinação do circuito inferior ao superior.

O circuito superior mantém controle sobre os meios de comunicação e sobre a informação, e recebe apoio em grande medida do aparelho do Estado e de crédito, enquanto o inferior recorre a arranjos de ajuda mútua.

[...] a diferença fundamental entre as atividades do sistema superior e do sistema inferior está baseada nas diferenças de tecnologias e de organização. (Santos, 1977, p. 41).

Sendo elaborada por Santos no final da década de 1970, tal categorização ainda assim permite sua aplicação em análises atuais, mesmo que evidencie algumas dificuldades, visto que a divisão entre os setores componentes dos dois circuitos atualmente não é tão clara quanto nos anos 70 e 80, além de haver uma ampla e complexa interação entre as atividades dos dois sistemas.

Embora Milton Santos assuma que a noção de dualismo entre os circuitos tenha sido o ponto de partida para suas análises, ele rejeita tal conceituação ao identificar a dinâmica de complementariedade e competição que perpassa a relação entre os dois sistemas. Estabelece, assim, uma leitura pela qual ambos os sistemas são fruto de um mesmo processo de

transformação da lógica de produção dos países subdesenvolvidos ocorrido a partir da segunda metade do século XX.

Para ele, não há uma tendência de desaparecimento ou substituição do circuito inferior pelo superior à medida que se consolida o processo de desenvolvimento, contrariando assim diversas teorias do desenvolvimento. Outro aspecto evidenciado é o estado de permanente transformação do circuito inferior, visão que contrapõem a noção de imobilismo e homogeneidade comumente associada às práticas deste circuito.

Tais características atribuídas às dinâmicas do circuito inferior encontram, assim, forte relação com os estudos de Coraggio (2000; 2003) em torno do que denomina de economia popular, tipo pelo autor não somente

[...] por la categoría social de sus actores (definidos fundamentalmente como los pobres, los excluidos de las instituciones del trabajo asalariado formal), sino por la calidad de sus relaciones de reciprocidad, cooperación) y por su escala organizativa, suficientemente pequeña como para que permitiera relaciones económicas interpersonales no mediadas por el mercado y la competencia, que – siguiendo la tradición marxiana – p eran vistos, junto con el Estado, como fuerzas alienantes. (Coraggio, 2003, p. 15).

Coraggio (2003) define como sendo a organização econômica – ou unidade de análise econômica – característica da economia popular as Unidades Domésticas (UDs) e suas extensões associativas. As UD's, que são normalmente ligadas às relações locais e/ou familiares, são microunidades de gestão do sistema de produção que permitem uma organização de recursos e capacidades de seus membros, visando atender as necessidades de todo conjunto em um horizonte de *reprodução ampliada da vida*.

Coraggio tem como reprodução simples da vida o mantimento da vida dos membros com o mínimo, a sobrevivência. Já a reprodução ampliada prevê uma melhoria progressiva na qualidade de vida dos membros em diversos aspectos.

Coraggio define ainda as economias dos setores populares que não se incluem nas UD's como sendo as rentistas, ou seja, quando pessoas ou núcleos vivem de renda e/ou que não precisam trabalhar no momento atual ou no passado. De fato, o aspecto mais importante em torno da categorização das UD's é que sua principal força produtiva é formada pelo conjunto das capacidades de trabalho de seus integrantes. Neste sentido, outro termo trabalhado por Coraggio é referente ao *fundo de trabalho* de uma UD, como sendo “el conjunto de energías, disposiciones y capacidades manuales e intelectuales para trabajar, que aportaban los miembros de una UD”. (Coraggio, 2003, p. 17).

Conceitualmente, o fundo de trabalho contém dois grandes de categorias: trabalho mercantil e trabalho de reprodução propriamente dita. Dentre estas últimas inclui-se o produto do trabalho que não é direcionado para o mercado, aquele feito para autoconsumo – para ser desfrutado pela própria UD –, onde se podem incluir as diversas atividades ligadas ao trabalho doméstico, como cozinhar, cuidar de crianças, limpeza, conserto de móveis e a construção da casa.

Coraggio evidencia ainda a necessidade de que seja constituído um projeto político a partir da construção (ou identificação) de um setor de economia centrado no trabalho. Pois defende que a economia popular não seja tida como “a alternativa”, ou seja, um sistema social novo que se

autoorganiza nos subterrâneos do mundo enquanto aguarda o fim do capitalismo para assim, se instaurar na sociedade. Mas sim:

Supone diferenciar entre la economía popular realmente existente 'subordinada a la cultura, valores e poderes de la sociedade y el Estado capitalistas - , y la posibilidad que contiene de devenir una economía de trabajo – por oposición a la economía del capital. (Coraggio, 2003, p. 19).

Neste sentido, é importante ter-se em conta que a realização de tal possibilidade é indissociável do desenvolvimento (em seu conceito de emancipação social) da sociedade, para que, de fato, seja vislumbrado um amplo estado de questionamento da soberana lógica de acumulação de capital que possibilite à consolidação da reprodução ampliada da vida como objetivo legítimo das atividades econômicas.

No caso brasileiro, há um cenário específico em relação à economia popular e solidária já que as práticas quase sempre se vêm atreladas às políticas públicas implantadas pela extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). De fato, os movimentos sociais de economia solidária, integrados pelo Fórum Nacional de Economia Solidária, tiveram influência direta na instituição da Secretaria e também em suas posteriores ações.

Tendo sido a SENAES coordenada pelo professor e economista Paul Singer, a efetivação das políticas e práticas no país acabaram por se moldar conforme o entendimento deste da economia solidária, manifesto em seus estudos.

Se para Coraggio (2000) a unidade básica de análise da economia popular é a unidade doméstica, já para Singer (2000a), a célula da economia solidária é a unidade produtiva, pois este entende a unidade doméstica não voltada para a produção, mas exclusivamente para o consumo. As divergências entre as definições dos autores aparecem também em Singer (2000a) ao expor que a categoria de unidades domésticas de Coraggio, ao incluir todos trabalhadores não rentistas, acaba por incluir também os assalariados de alta renda e excluir os rentistas miseráveis (dependentes das transferências governamentais).

Temos, assim, como definição, a economia solidária composta por unidades produtivas organizadas coletivamente e de forma autogestionária, caracterizada por princípios socialistas ou cooperativistas. (Diniz, 2016).

Singer (2002 *apud* Diniz, 2016) defende que a economia solidária se configura como um modo de produção intersticial, inserido nos vácuos deixados pelo capitalismo.

Outros autores, como Gaiger (2003), vão criticar essa proposição, ao assumir a dificuldade da economia solidária em consolidar bases tecnológicas próprias, associando-a então a uma “forma social de produção” abrigada, contraditoriamente, no modo de produção capitalista. (Diniz, 2016, p. 61).

Singer afirma ainda que a economia solidária não visa se limitar apenas a uma resistência à lógica vigente (seja econômica, social e até urbana), mas propõe uma dinâmica desalienante, uma nova alternativa, um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho.” (Singer, 2000b, p.13).

Importante destacar aqui que os ganhos mais evidentes das atividades de economia solidária não se revelam nos índices de renda, mas nos relevantes resultados em torno de aspectos que

envolvem melhoria das condições gerais de vida, empoderamento, fortalecimento de laços comunitários, e autoestima coletiva (Diniz, 2016).

Para as políticas de economia solidária, são considerados empreendimentos econômicos solidários aqueles que possuem concomitantemente as seguintes características: ser uma organização coletiva e democrática; ser uma organização permanente; exercer atividades de natureza econômica como razão primordial de sua existência; ser uma organização autogestionária, cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, dentre outros. (Brasil, 2012).

Tendo em vista ser essencialmente restritiva tal definição, opta-se aqui, assim como em demais estudos (Diniz, 2016), a utilização do termo economia popular e solidária, tendo como elemento central nesta definição a dimensão sociopolítica em suas práticas, “tanto no sentido da democracia interna às unidades quanto de autonomia decisória em relação ao setor público e ao setor privado (não sujeição ao controle de outras instituições, ainda que parceiras).” (Diniz, 2016).

## OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Esta seção esboça um caminho de análise que configura o início de uma pesquisa mais ampla. Subsidiado pelas reflexões dos itens anteriores, este item evidencia algumas possíveis leituras das experiências de economia solidária dos bancos comunitários de desenvolvimento enquanto fenômenos urbanos. São assim identificadas pistas de potenciais efeitos desalienadores no espaço urbano das ações ligadas aos bancos, análise esta que inclusive norteará novas e futuras inserções em campo.

O termo alienação é aqui abordado sob a ótica de Marx investigada por Ollman (1976), que trata o conceito como sendo elemento central do trabalho e da produção do capitalismo – relacionando a produção de bens e o processo de mercantilização expandido às relações sociais e à vida. Assim, tem-se aqui a alienação social como um estado coletivo ou individual em que é eliminado o senso de participação política, de questionamento da lógica hegemônica, de pensamento crítico – no qual se passa a aceitar tudo que é dado como algo natural, racional ou divino. Neste sentido, temos a alienação como fenômeno do processo homogeneizador de produção do espaço abstrato capitalista de base industrial. (Ollman, 1976; Lefebvre, 1993).

O primeiro empreendimento denominado de Banco Comunitário de Desenvolvimento foi criado por iniciativa popular. A disseminação pelo país de novos bancos neste mesmo formato se deu a partir de políticas públicas federais ligadas à SENAES de fomento a empreendimentos de economia solidária.

Conforme dados de 2015<sup>2</sup>, 36% da população no país não tinham acesso a serviços financeiros oficiais, seja por bancos públicos ou privados. Tal exclusão desses muitos brasileiros se deve tanto pela falta de renda dessas pessoas, pela realidade informal de trabalho, por morarem em áreas irregulares (como favelas e “ocupações”), quanto pela ausência de documentos, dentre outros – além de se verem integrados a comunidades em que quase a totalidade dos membros está na mesma condição.

---

<sup>2</sup> Pesquisa realizada pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ) e Instituto Ipsos. A sondagem foi feita no mês de abril de 2015 com 1.200 consumidores, em 72 municípios do país.

O Instituto Banco Palmas, responsável pela criação e disseminação da metodologia dos bancos comunitários no país, define como sendo o objetivo dos bancos comunitários o de promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo.

Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares. (Instituto Banco Palmas, s.d.).

Segundo França Filho e Silva Júnior (2009), a construção de redes de prossumidores (produtores + consumidores) acaba por materializar “a expressão concreta de uma **outra economia nos territórios**” (p. 31, grifo nosso), na medida que busca promover um desenvolvimento endógeno na área urbana, e implica em uma “ruptura com a clássica dicotomia entre produção e consumo, característica da lógica capitalista de organização do funcionamento econômico”(p. 31).

A metodologia de funcionamento dos bancos determina que estes atuem em quatro eixos centrais: fundo de crédito, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária.

Silva Júnior (2007) pontua algumas peculiaridades no Banco Comunitário que dificultam seu enquadramento dentre os formatos tradicionais de microfinanças, microcrédito e finanças solidárias, quais sejam:

i) A coordenação do Banco e gestão dos recursos são efetuados por uma organização comunitária; ii) A utilização de linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade; iii) A concessão e cobrança dos empréstimos são baseadas nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico; e iv) A criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local. (Silva Júnior, 2007, p. 1).

Os empréstimos concedidos a juros baixos pelos bancos são divididos em duas categorias: empréstimos para produção e para consumo. Além do limite no valor para cada categoria, outra diferença é que os empréstimos para produção são concedidos em real, já o de consumo é dado por moeda social, que é válida apenas nos comércios e prestadores de serviços locais.

Outro importante aspecto dos bancos é o sistema de garantia e controle baseados nas relações de proximidade e confiança mútua. A consulta se dá à rede de relações de vizinhança – o agente entra em contato com vizinhos e pessoas próximas ao solicitante – e não a sistemas de proteção de crédito.

O primeiro banco comunitário, o Banco Palmas, foi formado em 1998 por iniciativa da associação comunitária do Conjunto Palmeiras, um bairro da periferia de Fortaleza (CE). O Conjunto Palmeiras é uma área urbana distante 22 quilômetros do centro comercial de Fortaleza que teve seu início na década de 1970 a partir de um processo de remoção e realocação da população que habitava em áreas de risco ou em áreas litorâneas da capital. Cerca de 1.500 famílias foram levadas para a área do conjunto sem qualquer infraestrutura urbana e isolada das demais áreas da cidade, um “terreno alagadiço coberto por mato e lama” (Tafuri, 2014, p. 54).

Nos anos subsequentes, a área teve um crescimento populacional expressivo, principalmente em virtude da abertura de novos loteamentos populares em 1979. E junto ao processo de crescimento populacional, as décadas de oitenta e noventa se caracterizaram por mobilizações coletivas dos moradores em prol de melhorias na infraestrutura urbana do bairro, concentradas nas ações da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP). (Nascimento, 2011).

Tendo em vista as benfeitorias urbanas implantadas no bairro, a partir do final dos anos 1990 a associação dos moradores passou a buscar então ações voltadas às melhorias nas condições de renda da comunidade, que culminaram na idealização e formação do Banco no ano de 1998. Sobre a criação do Banco Palmas, França Filho e Silva Júnior (2009) apontam:

Mais particularmente, a ideia de um banco comunitário delineou-se em face da constatação de que as condições de infraestrutura urbana no bairro haviam avançado, porém os problemas de falta de renda e oportunidades de trabalho permaneciam muito significativos. Os êxitos obtidos por essa experiência, em termos de geração de renda e redução da exclusão local, atribuíram alto grau de reconhecimento institucional à iniciativa. Diante dos apelos à replicação dessa metodologia, foi criado, em 2003, o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, no intuito de implantar tecnologias sociais de economia solidária em parceria com diversas instituições no Brasil. (França Filho; Silva Júnior, 2009, p. 32).

De fato, a experiência do Banco Palmas tem sido referência em estudos de finanças solidárias no Brasil, sendo também abordada em análises internacionais a inovação da experiência do Banco de adicionar uma moeda social ao modelo de microcrédito.

Em relação à disseminação no país da metodologia que foi criada e consolidada na periferia de Fortaleza, Nascimento (2015) aponta que tal processo acaba por colocar o Banco Palmas em outro nível institucional:

Neste sentido, o Banco/Instituto Palmas deixa de ser simplesmente uma organização sem fins lucrativos – desenvolvida, gerida e utilizada pela própria comunidade do Conjunto Palmeiras - para ser uma instituição que tem como uma de suas finalidades principais replicar e disseminar seu modelo comunitário “de cima para baixo” – ao contrário do próprio Banco Palmas que foi criado “de baixo para cima”, pela e para a população. (Nascimento, 2015, p. 29).

Esta visão possibilita identificar o Instituto Banco Palmas e a SENAES como agentes externos responsáveis diretos pela configuração e gestão dos bancos no interior das comunidades, o que pode por em cheque, assim, os conceitos de desenvolvimento endógeno e autogestão atrelados às experiências dos bancos. Por outro lado, a ação do Instituto e da Secretaria pode também se limitar em termos de formação, estímulo e motivação das comunidades, não impossibilitando a autonomia destas no processo de instituição e gestão de cada banco comunitário. Soma-se a esta visão a proposta de integração entre os bancos existentes em formato de rede, com a conformação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários em 2006, um ano após a SENAES ter iniciado seu projeto junto ao Instituto de apoio à implantação e consolidação de novos bancos comunitários no país.

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários é composta por 116 bancos em 19 estados (incluindo o Distrito Federal). E em 2015 foi instituído o Banco Nacional das Comunidades, uma associação em formato de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que compõe o conjunto dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento do país.

De fato, ainda que se procure aplicar uma mesma metodologia para todo o território, cada experiência de banco comunitário acaba por revelar dinâmicas e propósitos especiais para os quais foi criada, posto que, sendo autogeridas, entende-se que sua consolidação é um processo em constante construção e que sua criação deva ser uma iniciativa – um desejo intrínseco – da própria comunidade. (Menezes, 2007; França Filho, Silva Júnior, 2009).

O Banco Comunitário de Desenvolvimento é tido como um empreendimento de economia solidária que tem, a princípio, como sócios, os moradores de toda uma região urbana (ou rural). Além de operarem com microcrédito buscando uma atuação junto a comunidades (e não apenas microprodutores como é mais comum), os bancos também, em muitos casos, funcionam como Clubes de Troca, tendo como propósito criar um mercado para um grupo limitado, podendo, se expandir para bairros inteiros.

Tal potencial de extensa abrangência e adesão pela população ganha força no instrumento da moeda social de circulação local, que viabiliza a conformação de um extenso clube de trocas em toda área delimitada como de atendimento do banco. A fim de fomentar o uso da moeda e fidelizar a clientela do bairro, os bancos estimulam os comerciantes e produtores locais a oferecerem desconto no preço das mercadorias quando a compra é paga na moeda local.

Segundo Singer (2009), o Banco Palmas foi o primeiro empreendimento que projetou um modelo de clube de trocas que em princípio teve por sócios todos os mais de 20 mil habitantes do Conjunto Palmeiras (e mais moradores em bairros próximos), operando a partir da circulação de uma moeda local – a moeda Palmas, que circula desde o ano 2000.

Comumente aliada às demais ações de desenvolvimento local dos bancos comunitários, a moeda social é possível de se conformar, dentre muitos outros aspectos, como um elemento demarcador da economia solidária no território. A sua circulação permite um mapeamento entre comerciantes, prestadores de serviço, consumidores e produtores locais que utilizem da moeda, revelando até onde se estende a adesão à prática solidária proposta pelo banco comunitário. Possibilita, então, uma compreensão preliminar de um processo de diferenciação do espaço em relação às demais áreas urbanas onde a economia se exerce unicamente na lógica padrão.

Tal análise nos permitiria, assim, vislumbrar que a partir das práticas de finanças originadas nos bancos comunitários, a economia de toda uma área urbana toma um sentido plural, onde a lógica hegemônica de mercado passa a coexistir com um sentido substantivo da economia – conforme categorizado por Polanyi (2012) –, expresso nesse caso por laços de domesticidade e solidariedade.

Se para Polanyi (2012) as práticas econômicas de mercado naturalizam-se na sociedade à medida que se abstraem e desenraizam-se do território – visão da economia como global e totalitária para todo e qualquer povo e lugar –, então o conjunto de ações do banco comunitário possibilitaria evidenciar uma nova economia em sua dimensão espacial, ao propor um retorno ao local, ao espaço produzido e vivido a partir de iniciativas da comunidade ali constituída.

E mais ainda, as ações do banco possibilitariam em um espaço urbano específico vislumbrar um horizonte de realização do reenvolvimento da dimensão de mercado com as instituições sociais locais. Para tanto, deve-se levar em conta que o processo histórico de separação entre tais dimensões foi o que permitiu a dominação da lógica de mercado sobre as demais esferas da sociabilidade. (Polanyi, 2012).

De fato, o banco comunitário promove a reunião de diversas ações de economia popular e solidária e prevê a adesão de toda a população de uma mesma área urbana. Havendo, pois, tal escala de adesão, é possível se ter um processo de questionamento coletivo das lógicas hegemônicas. E a realização deste processo pode, portanto, evidenciar significados e práticas na produção espacial de uma cidade.

O espaço da pobreza urbana, tido aqui como as periferias, é comumente configurado por um processo histórico de exclusão e carência, onde subdesenvolvimento assinala a negação do direito à cidade – um urbano sem festa, poder e excedente econômico. (Silva, 2015).

Assim, a ideia de desenvolvimento local<sup>3</sup>, ou desenvolvimento endógeno, ou ainda *endodesenvolvimento*<sup>4</sup>, defendida pelos bancos comunitários pode, enfim, ser entendida aqui também como a proposta de uma reestruturação urbana na área em questão. Reestruturação urbana não no sentido restrito de promoção de infraestrutura ou de serviços públicos, mas sim em relação ao conceito de urbano trabalhado por Henri Lefebvre, que trata do processo que conduz à emancipação da sociedade e que modifica as tendências da lógica de economia de mercado.

Neste quadro, a desejada efetivação plural e solidária da economia se une à realização do horizonte de um urbano utópico, onde a tríade festa, poder e excedente enfim se realizaria.

## CONSIDERAÇÕES

No esforço de relacionar a proposta das práticas da economia popular solidária em consolidar nas relações sociais uma nova, ou uma outra economia, este artigo busca dar luz à experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento evidenciando nesta a proposta de um novo urbano sendo criado nas periferias. Contudo, tendo em vista seu caráter preliminar, a contribuição sobre a dimensão espacial das práticas de finanças solidárias dos bancos se dá ainda no campo das possibilidades.

De fato, as discussões aqui levantadas preveem subsidiar inserções futuras em campo, mais especificamente nas experiências de bancos comunitários inseridos em duas áreas periféricas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no município de Esmeraldas, no vetor nordeste metropolitano, e em Igarapé, no vetor oeste.

Nestas localidades, propõem-se buscar interfaces entre produtores, comerciantes e consumidores locais para que sejam evidenciadas como as relações de bases econômicas se manifestam, e em que medida, podem essas ser consideradas diferentes das relações econômicas oficiais do mundo capitalista ocidental. É preciso ainda que se evidenciem aspectos em torno dos laços de coesão urbana precedentes e possivelmente fortalecidos com a criação de cada banco local.

Tal pesquisa terá seu enfoque nos efeitos da aplicação da moeda social nestas comunidades, sendo prevista uma leitura que analise em que medida cada uma das experiências é capaz de permitir a leitura de um processo de produção espacial em que são fortalecidos laços de diferença

---

<sup>3</sup> Utilizo do conceito trabalhado por Furtado (1978) de desenvolvimento sendo a expressão da capacidade para criar soluções para problemas específicos, diferente da ideia de crescimento econômico.

<sup>4</sup> Conceito utilizado por Singer (2009) ao tratar do processo de desenvolvimento de um bairro impulsionado por ações da própria sociedade civil, sem interferência direta de qualquer agente exógeno, público ou privado.



e criatividade, possíveis de serem delimitados em uma área urbana específica: a área de circulação da moeda.

Entende-se, assim, que quando há uma experiência coletiva/comunitária de questionar as contradições e a autonomia da lógica econômica de mercado e a partir daí são promovidas alterações locais significativas nas relações econômicas, sociais e políticas daquele povo, teríamos a demarcação de um território onde ganha força novos e alternativos horizontes para a práxis urbana. A população da periferia urbana reivindica, desta forma, uma ressignificação de seu papel na cidade.

Neste sentido, a visão de uma “falácia economicista” denunciada por Polanyi (2000) – lógica que reduz o conceito e a prática do econômico ao mercado – encontra respaldo na proposta dos bancos comunitários de fomentar relações econômicas que, resistindo à abstração inerente à economia de mercado, preveem um retorno ao local, um “reenraizamento” da economia no território.

Para este caso, temos processos econômicos estritamente vinculados às esferas socioespaciais e culturais de uma comunidade, o que nos permite, então, estabelecer uma visão pela qual práticas de finanças solidárias possam se configurar em práticas espaciais e resistência.

Ademais, tanto em investigações em escala nacional – que analisem a rede formada entre os bancos comunitários do país no compartilhamento das metodologias e no suporte institucional e financeiro –, quanto em estudos na escala da dinâmica local – que pesem as dimensões de produção do espaço e dos laços comunitários como aqui é evidenciado –, outro importante aspecto que deve ser levantado em pesquisas das práticas solidárias é o modelo instituído em 2015 de substituição da moeda local física (em papel) por um aplicativo de celular de transferência de crédito identificado como “moeda eletrônica”, denominado de e-dinheiro, criado por uma empresa privada, e gerido pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Todos os bancos pertencentes à Rede aderiram ao novo instrumento, e em consequência, é previsto enfraquecimento e até exclusão da moeda em papel. O e-dinheiro permite a oferta de um novo serviço – o pagamento de boletos bancários –, e possibilita que o banco tenha ganhos percentuais em cada transação financeira de venda e saque feita pelo aplicativo. Neste sentido, a de se pensar em que medida aspectos relacionados tanto aos níveis de inclusão tecnológica das comunidades atendidas, quanto à inserção de um mecanismo formulado por uma empresa capitalista, além da diferente forma de abrangência territorial (virtual) da “nova moeda”, podem ameaçar os objetivos da moeda social até então propagados de desenvolvimento endógeno de uma localidade urbana. Tais discussões propõem novos passos na pesquisa que compõe este artigo e apontam horizontes para demais estudos que possam ser desenvolvidos em torno do tema.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Y. M. C.. RODRIGUES, L.. Economia plural e solidária: uma análise a partir dos processos dos Bancos Comunitários de Montes Claros-MG. In: SANTOS, J. R.. Economia social e desenvolvimento. Anais do II Congresso em Desenvolvimento Social. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2010.

- BONALDI, E. V.. Karl Polanyi, A subsistência do homem e ensaios correlatos. *Tempo Social*, vol.26, n.1, jan./jun. 2014.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei PL 4685/2012. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.
- CANETTIERI, T.. A produção das novas periferias metropolitanas: migração e expulsão dos pobres da RMBH na primeira década do século XXI. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica sobre o salário. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-133.
- CORAGGIO, J. L. Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? *Proposta*, n.98, p.12-20, set./nov. 2003.
- COSTA, G. M.. A Contribuição da Teoria de Espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: LIMONAD, E.. *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: Ed. GECEL-UFF, 2003, p. 9-14.
- DINIZ, S. C.. Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. 2016. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JÚNIOR, J. T.. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: CATTANI, A. D. et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 31-36.
- GAIGER, L. I. G.. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, n.39, p.181-211, jul./dez. 2003 apud DINIZ, S. C.. *Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo*. 2016. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- HARVEY, D.. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- INSTITUTO BANCO PALMAS. O que é um Banco Comunitário. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>>. Acesso em: 02 nov. 2016.
- LAVILLE, J. L.. Com Mauss e Polanyi: Rumo a uma teoria da economia plural. In: NUNES, B. F.; MARTINS, P. H. (Eds.). *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea*, Paralelo 15, Brasília, pp. 42-57, 2004.

- LEFEBVRE, H.. The production of space. Tradução SMITH, D. N..Oxford: Blackwell,1993.
- LIPIETZ, A.. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. Ensaios FEE, v.10, n.2, p. 303-335, 1989.
- MARICATO, E.. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. Revista Veracidade, ano IV, n. 4, mar. 2009.
- MENDONÇA, J. G.; ANDRADE, L. T.; DINIZ, A. M. A.. Introdução: Mudanças e permanências na estrutura socioeconômica e territorial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: \_\_\_\_\_ (org.). Belo Horizonte: transformações na ordem urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2015. p. 15-32.
- MENEZES, M. S.. Moedas Locais: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. 2007. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- MONTE-MÓR, R. L. M.. Gênese e estrutura da cidade mineradora. Belo Horizonte: Cedeplar, 2001. Texto para discussão n. 164.
- MONTE-MÓR, R. L. M.. O cotidiano e a produção do espaço. Palestra proferida no III Colóquio de Pesquisas em Habitação. Belo Horizonte: EA-UFGM, 2006a. Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/>>. Acesso em: jan. 2016.
- MONTE-MÓR, R. L. M.. O que é o urbano no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Cedeplar. (Texto para Discussão, No. 281). 2006b.
- NASCIMENTO, E. P. C. C.. Moedas sociais digitais: estudo de caso de duas experiências em bancos comunitários. 2015. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2016.
- NASCIMENTO, A. M.. Moeda Palma e o Desenvolvimento Sustentável do Conjunto Palmeiras através da Economia Solidária. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- OLLMAN, B.. Alienation: Marx's Conception of Man in Capitalist Society. Cambridge University Press,1976. Disponível em: <[https://www.nyu.edu/projects/ollman/docs/a\\_ch18.php](https://www.nyu.edu/projects/ollman/docs/a_ch18.php)>. Acesso em: jan. 2016.
- POLANYI, K.. A economia como processo instituído. In: \_\_\_\_\_. A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012. pp. 293-239.
- POLANYI, K.. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SANTOS, M.. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. Boletim Paulista de Geografia, 53, fev. 1977, p. 35-60.

- SANTOS, M.. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SILVA, H.. Cidades, urbanização, desenvolvimento na Amazônia: notas para uma interpretação lefebvriana. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Orgs.). Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. v. 1. 556p.
- SILVA JÚNIOR, J. T.. Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. VI CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 6, 2007, Salvador: ISTR e CIAGS/UFBA.
- SINGER, P. I.. Economia dos Setores Populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE SOBRINHO, G. (Org.). Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- SINGER, P. I.. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. I.; SOUZA, A. R. (Orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000b.
- SINGER, P. I.. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002 apud DINIZ, S. C.. Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. 2016. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- SINGER, P.I.. Finanças solidárias e moeda social. In: FELTRIM, L.E.; VENTURA, E.C.F.; DOLD, A.V.B.. Projeto inclusão financeira. Brasília, Banco Central do Brasil, 2009. p. 69-78.
- TAFURI, D. M.. Bancos Comunitários no contexto contemporâneo das periferias brasileiras. Revista do IMEA-UNILA, Foz do Iguaçu, v.2, n.1, p.1-29, 2014.